

A INCLUSÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL: uma análise dos cursos de licenciatura de uma Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Carla Cristina Varela de Araújo ¹
Reginaldo A. Zara ²

RESUMO

O acesso e permanência de alunos que necessitam ações de inclusão no ensino regular vem a formação de professores para a educação inclusiva está prevista no arcabouço de leis que sustentam a educação especial brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) já apontava, em 1996, para a necessidade de professores com formação em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para o acolhimento dos educandos nas classes comuns. Espera-se que o distanciamento temporal de dezenove anos entre a LDBEN e a Lei de Inclusão, promulgada em 2015, tenha possibilitado a adequação dos currículos das universidades para contemplar a formação inclusiva dos futuros professores. No presente trabalho apresentamos uma análise das grades curriculares dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), com o intuito de identificar como está sendo abordada a educação inclusiva nas ementas das disciplinas destes cursos. Esta é uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, cuja metodologia se apoia na análise documental, tendo a análise de dados desenvolvidas utilizando as estratégias preconizadas na técnica de análise de conteúdo. Analisamos as grades curriculares dos cursos de licenciatura da Unioeste com foco nas ementas de suas disciplinas, buscando identificar e caracterizar as disciplinas relacionadas à abordagem da Educação Inclusiva. Para o procedimento de análise, nos baseamos nas ideias da técnica da análise de conteúdo, com a identificação de unidades de contexto (UC) e unidades de registro (UR), que permitiram elencar as principais características do corpo de assuntos das ementas. Da análise das ementas, observamos que características listadas nas UC são compatíveis com os saberes docentes para a educação inclusiva elencados na literatura. Embora a ênfase nas UC não se apresente de forma homogênea, averiguamos que na maioria dos Cursos de Licenciatura as UC são contempladas, de forma que os saberes dos docentes necessários para uma educação inclusiva são atendidos.

Palavras-chave: Formação de Professores, Saberes docentes inclusivos, Formação Inicial, Educação Especial.

INTRODUÇÃO

A formação de professores para educação inclusiva está prevista em todo arcabouço de leis que sustentam a educação especial. O recorte dado a esse estudo se inicia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96 no artigo 58 incisos III que estipula “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino

¹Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - PR, carlacris.06@hotmail.com;

² Professor orientador: Doutor, Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - PR, reginaldo.zara@gmail.com

regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.” (BRASIL,1996).

A lei teve um avanço significativo no ano de 2015, com a aprovação da Lei 13.146, intitulada, Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o Artigo 28 incisos X estabelece “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2015).

Há um distanciamento temporal de dezenove anos, entre a LDBEN e a Lei de Inclusão, lei 13.146 de 2015, tempo esse que possibilitou a adequação dos currículos das universidades com o intuito de contemplar a formação inclusiva dos futuros professores, os quais, após inseridos no sistema de ensino, possam considerar as diferenças entre os alunos e suas aprendizagens.

A falta de um direcionamento, que contemple aspectos relacionados ao saber inclusivo na formação inicial, reverberam de forma negativa na educação de base, ou seja, um professor que não teve contato com a educação inclusiva em sua formação encontrará dificuldades em trabalhar com os alunos inclusos em sala de aula. Por isso, é fundamental entender como está estruturada a formação inicial e quais aspectos são abordados da educação inclusiva durante a formação dos futuros docentes. Questões do tipo “Como a matriz curricular dos cursos de licenciatura contemplam a formação inclusiva? Quais disciplinas abordam o tema? permeiam parte das pesquisas sobre a formação de professores com vista à educação inclusiva e vem sendo correntemente publicados trabalhos científicos neste contexto (Nascimento et al, 2020), (Araújo e Militão, 2020), (König e Bridi, 2021), (Florentino et al, 2022), (Oliveira e Ferraz, 2022).

Neste trabalho, refletimos sobre formação inicial dos professores a partir da análise de disciplinas que abordam a educação inclusiva que integram a grade curricular de cursos de licenciatura da Universidades Estadual do Oeste do Paraná, com o intuito de identificar como está sendo abordada a educação inclusiva em suas ementas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada para a realização deste artigo é de cunho exploratório que, segundo GIL (2002, p. 41), é um tipo de pesquisa que tem por objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir

hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições” de aspecto qualitativo.

Em relação aos aspectos que analisamos nos cursos de licenciatura sob investigação, estão as informações incluídas nas ementas das disciplinas, especialmente na descrição das temáticas abordadas ao longo das mesmas. Desta forma, as informações estão em formato de texto. Considerando este formato, a análise dos dados foi realizada utilizando as estratégias recomendadas pela técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2006), esta técnica é uma forma de investigação que descreve o conteúdo de uma pesquisa de maneira objetiva, sistemática e quantitativa.

Visando encontrar parâmetros que permitam uma discussão articulada fizemos, inicialmente, uma leitura dos dados coletados nas ementas das disciplinas dos Cursos, destacando elementos que pudessem compor Unidades de Contexto (UC). Assim, foram identificadas cinco unidades de contexto (UC) denominadas UC1, UC2, UC3, UC4 e UC5. Estas unidades de contexto buscam agrupar elementos comuns observados nas ementas e são nomeadas no Quadro 1, juntamente com a descrição dos elementos que as caracterizam. Para caracterizar as UC foram identificadas unidades de registros (UR), considerados elementos dos textos das ementas que remetem ao mesmo assunto. Assim, para cada UC foram associados elementos de registros, conforme mostrado no Quadro 1.

Quadro 1: UC e UR encontradas a partir das ementas dos cursos de licenciaturas

UC	Descrição	UR	Descrição
UC1	Educação Inclusiva e direitos Humano diversidade: as descrições das ementas são voltadas para a abordagem da educação inclusiva no contexto dos direitos humanos e da diversidade.	UR1	Educação e direitos humanos (educação especial e direitos de jovens e adolescentes);
		UR2	A educação especial e inclusiva, os direitos humanos e educacionais, a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional
		UR3	História sobre a educação inclusiva no Brasil.
UC2	Políticas de inclusão na legislação: as ementas sugerem abordagem com foco na descrição/discussão da legislação em vigência;	UR4	Legislação brasileira vigente sobre princípios e fundamentos da educação inclusiva.
		UR5	A Educação nas Constituições Brasileiras e na Legislação Educacional.
UC3	Adaptações Curriculares: ementas que são voltadas para o desenvolvimento de adaptações curriculares ou de estratégias para o ensino	UR6	Adaptações curriculares para o ensino dos alunos da especial/inclusiva.

	de alunos inclusos, ou seja, com foco no aluno.		
UC4	Teoria e prática docente: ementas que sugerem foco nas práticas do docente em construção, ou seja, com foco na formação professor sob enfoque da educação inclusiva.	UR7	Relação entre o homem que ensina e o que aprende: as dificuldades de aprendizagem na educação especial
		UR8	A relação professor-aluno sob enfoque da educação especial.
UC5	Indicação de tópicos em Educação Inclusiva, sem especificar detalhes: Há apenas a citação de um ou mais termos de busca como tópico isolado, sem a indicação do contexto.	UR9	Tópicos em Educação Especial;
		UR10	Inclusão de minorias.

Fonte: Os autores, 2024.

Destacamos que as características listadas nestas UC e respectivas UR são compatíveis com os saberes docentes para a educação inclusiva elencados por Nozi e Vitaliano (2015). Embora não seja possível mapear as UR diretamente ou univocamente nos saberes docentes, é possível reconhecer que os assuntos listados nas ementas das disciplinas remetem aos saberes, de forma que, uma disciplina alocada em uma determinada UC, pode refletir diferentes saberes docentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A mais recente Lei de Inclusão nº 13.146/2015, em seu art. 28, parágrafo X, explicita a necessidade de uma formação adequada, com a adoção das seguintes medidas: “Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado”. (BRASIL, 2015).

Ao analisar especificamente as Universidades Públicas do Estado do Paraná, deve-se atentar às leis estaduais, as quais as universidades estão submetidas, destacando a Lei nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015, em seu art. 68, inciso I, indique as entidades da administração pública estadual direta e indireta devem dar tratamento prioritário e adequado à “Formação e qualificação de profissionais da educação para a educação especial e inclusiva especializados na habilitação e reabilitação, bem como de instrutores e professores para a formação profissional”(BRASIL,2015).

A educação inclusiva é um conceito que sustenta que a escola deve se adaptar às necessidades dos estudantes com deficiência, e não o contrário. Isso envolve garantir a frequência, a permanência e o aprendizado qualitativo desses estudantes em salas de aula comuns, ajustando tanto a infraestrutura quanto os recursos humanos para atender às particularidades de cada aluno, sem segregar ou excluir.

Os autores Dechichi (2001) e Glat e Fernandes (2005) defendem que a responsabilidade de adaptação cabe à escola, que deve criar um ambiente acessível e acolhedor para todos os estudantes. Rodrigues (2006) reforça essa ideia, afirmando que o conceito de inclusão na educação implica a rejeição da exclusão de qualquer aluno, seja ela presencial ou acadêmica. Santana (2016) complementa que a luta por uma educação inclusiva de qualidade está intrinsecamente ligada a políticas que promovam a igualdade de acesso e ofereçam suporte adequado para a permanência dos estudantes na escola. Assim, a adaptação das condições escolares é fundamental para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) é uma instituição multicampi, presente em cinco municípios: Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon, Toledo, localizados no Oeste e Sudoeste do Paraná. Formalmente, iniciou suas atividades ainda na forma de faculdades isoladas mantidas pelos Municípios que, foram reunidas na forma de uma Universidade mantida pelo Estado do Paraná, tendo sua reitoria situada na cidade de Cascavel. Atualmente oferta uma variedade de cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. O foco desta pesquisa está nos cursos de licenciatura, que totalizam 19 cursos distribuídos nos cinco campi. Alguns aspectos que serviram de modeladores da pesquisa, que consideramos foram: não foram analisados cursos onde o profissional licenciado não atuaria diretamente em sala de aula, como exemplo, o curso de enfermagem - licenciatura ofertado pelo campus de Foz do Iguaçu; e foram analisados somente os cursos de licenciatura plena. Com isso, analisamos o PPC de 19 cursos, com o intuito de identificar nas grades curriculares e ementas dos cursos as disciplinas que abordem a temática da inclusão de forma obrigatória ou optativa.

No contexto do ensino, ementa vem de apontamento, ideia ou pensamento, estando relacionada a pontos essenciais a serem trabalhados dentro de uma disciplina. Em geral, uma ementa universitária apresenta sucintamente as ideias gerais sobre os assuntos que serão abordadas ao longo da disciplina além de apresentar de forma clara, os objetivos da disciplina em questão, evidenciando as características do Curso. Assim, ao propor a análise das ementas de cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Oeste no Paraná, tivemos como pontos de interesse as ideias essenciais contidas nas prescrições dos assuntos a serem apresentados em cada disciplina.

Inicialmente, nos concentramos nos agrupamentos iniciais das disciplinas, de acordo com a referência que a ementa traz em relação à educação inclusiva, obtendo a distribuição mostrada no Quadro 2, no qual observa-se a quantidade de cursos em que a educação inclusiva aparece explicitamente como uma disciplina, bem como a quantidade de cursos em que aparece de forma transversal apenas no corpo de texto da ementa, seguidos dos percentuais relativos. Assim, na Unioeste, dos 19 cursos analisados, em 05 Cursos há disciplinas cujo título remete à educação inclusiva (26% do total), enquanto em 12 cursos o tema aparece descrito apenas no corpo da ementa (63%), juntamente com outros assuntos a serem abordados e em 02 cursos não há menção à inclusão. Os dados analisados indicam que não há um padrão na distribuição entre os Cursos, visto que cada um se organiza de forma independente para atender as demandas, sejam elas históricas, sociais ou regionais.

Quadro 2: Distribuição de disciplinas analisadas nos cursos selecionados da Unioeste

Número de cursos	Indicação do título	Indicação do texto	Sem menção à inclusão	% indicação no título	% indicação no texto
19	5	12	2	26%	63%

Fonte: Os autores, 2024

Convém destacar que a ementa de uma disciplina, enquanto documento aprovado pelas instâncias colegiadas, ainda que garanta a presença de um assunto sobre educação inclusiva, não é suficiente para garantir que esse assunto seja efetivamente trabalhado junto aos estudantes. Isso depende de diversos fatores como o planejamento do professor responsável, a motivação dos alunos e as condições de aprendizagem, e que considere, dentre vários fatores, mobilizar os alunos para aprender. Entendemos que se as condições de aprendizagem forem adversas, com falta de recursos ou infraestrutura, os alunos podem se desmotivar ou ter dificuldades de aprendizagem sobre o tema.

Após a análise inicial, avançamos no detalhamento sobre como as ementas fornecem indicativos sobre os enfoques dados às disciplinas, com ênfase na presença das unidades de contexto que emergem do corpo da disciplina. A análise feita com base nas unidades de registro descritas no Quadro 1 leva ao cenário resumido no Quadro 3, onde apresentamos a frequência de observação das UC nos cursos da instituição.

Quadro 4: Frequência de Unidades de Contexto observadas

Universidade	UC1	UC2	UC3	UC4	UC5
Unioeste	09	02	11	02	02

Fonte: Os autores, 2024

Observamos a maiores frequências nas unidades de contexto UC1 (Educação Inclusiva, direitos humanos e diversidade) e UC3 (Adaptações Curriculares), o que indica que, de acordo com as ementas das disciplinas dos cursos analisados, é dada ênfase à abordagem do tema relacionando a educação inclusiva no âmbito dos direitos humanos e de respeito à diversidade, e também a adaptações curriculares, de material didático-pedagógico ou de técnicas de ensino para o professor em formação, visando o atendimento da educação inclusiva.

Tomando as unidades de contexto (UC) como referência, observamos que as ementas dos cursos de licenciatura contemplam aspectos relacionados às 5 unidades de contexto identificadas. Embora a ênfase nas UC não se apresente de forma homogênea entre os Cursos, na maioria deles as cinco UC são contempladas, de forma que os saberes dos docentes necessários para uma educação inclusiva tomados como referência nesse trabalho, são atendidas. Cabe ressaltarmos, porém, que apesar de as temáticas abordadas contemplarem aspectos relacionados a todas as dimensões de saberes docentes, isso não ocorre não simultaneamente, ou seja, dependendo da disciplina, os tópicos indicados nas ementas e se concentram em uma ou duas dimensões de saberes.

Considerando que os Cursos devem atender a demandas da formação específica em suas respectivas áreas, com limitações tanto na carga horária total do curso quanto da carga horária semanal discente, prover um conjunto de disciplinas voltadas puramente ao domínio inclusivo pode ser tornar inviável e, nesse sentido, a oferta de tópicos sobre educação e ensino inclusivo disper-sos em diferentes disciplinas pode ser uma estratégia viável para manter ativa a discussão ao longo de todo o tempo do Curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores para a Educação Inclusiva é uma necessidade reconhecida há décadas, como evidenciado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência de 2015. O estudo das grades curriculares dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) revela que esforços para incluir a Educação Inclusiva nas ementas das disciplinas: ainda existem lacunas significativas, mas também avanços importantes.

Em termos quantitativos, apenas uma pequena fração dos cursos de licenciatura da Unioeste oferece disciplinas que tratam diretamente da Educação Inclusiva. Isso indica uma necessidade urgente de reformulação dos currículos para garantir que todos os futuros professores recebam a formação necessária para lidar com a diversidade nas salas de aula.

Em suma, apesar dos avanços e das legislações que suportam a educação inclusiva, a formação inicial de professores ainda apresenta desafios consideráveis. É fundamental que as universidades ajustem suas grades curriculares para refletir uma formação mais completa e prática em Educação Inclusiva, assegurando que os futuros educadores estejam verdadeiramente preparados para acolher e ensinar todos os alunos de maneira equitativa e eficaz.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. F.; MILITÃO, A. N. Formação de professores para a educação especial: análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal da Grande Dourados. **Horizontes - Revista de Educação** ISSN 2318- 1540, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 245–264,2020.DOI:10.30612/hre.v8i15.11558.

BARDIN Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1996

BRASIL, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 25 abril 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Acesso em: 20 de maio de 2022.

BRASIL Resolução CNE/CP N° 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília, DF: MEC, 2002.

DECHICHI, C. **Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental**. Tese de Doutorado em Psicologia Educacional. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

FLORENTINO, J. F.; NUNES, K. S.; COSTA, V. B. da . Formação de professores em uma perspectiva inclusiva: dilemas entre a legislação e os processos educativos. **Conjecturas**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 228–247, 2022. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/659>. Acesso em: 7 jun. 2024.

GLAT, R; FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. **Revista Inclusão: MEC / SEESP**. 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KÖNIG, F. R.; ROMANO DE SOUZA BRIDI, F. Educação Inclusiva e formação inicial de professores: construção do conhecimento em discussão. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 59, n. 60, 2021. DOI: 10.21680/1981- 1802.2021v59n60ID24817.

NASCIMENTO, A. C.; VERTUAN, G. S.; COSTA, M.P.R. A perspectiva da Educação Inclusiva nos cursos de formação inicial de professores de Química em Institutos Federais no estado de São Paulo. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, 2020.

NOZI, G. S; VITALIANO, C. R. Saberes necessários ao professor para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: implicações no processo de formação desses profissionais. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 2, n. 02, 2015

OLIVEIRA, R.R.; DIAS, V.B.; SIQUEIRA, M. Formação de Professores de Biologia e Educação Inclusiva: Índícios do Projeto Acadêmico Curricular. **Revista Brasileira em Educação em Ciências**. v. 19 (2019): Janeiro-Dezembro. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4935>. Acesso em 16 juho 2024.

RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**, S. Paulo. Summus Editorial. 2006.

SANTANA, S.A.S. Educação Inclusiva no Brasil: Trajetória e impasses na Legislação. Faculdade São Luiz de Franca. Trabalho de Conclusão de Curso. 2016.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Ciências Biológicas Licenciatura**, campus Cascavel . Implementação gradativa a partir do ano letivo de 2020. RESOLUÇÃO Nº 136/2023-CEPE, DE 29 DE JUNHO DE 2023.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua espanhola e Respectivas Literaturas**, Campus Cascavel. Implementação gradativa a partir do ano letivo Resolução 245/2022-CEPE de 13/12/2022.15 de dezembro 2022. UNIOESTE. Projeto Pedagógico do curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas, Campus Cascavel. Implementação 114 gradativa a partir do ano letivo Resolução 245/2022-CEPE de 13/12/2022, 15 de dezembro 2022.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Italiana e Respectivas Literaturas**, Campus Cascavel. Implementação gradativa a partir do ano letivo Resolução 245/2022-CEPE de 13/12/2022, 15 de dezembro 2022.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Matemática**, Campus Cascavel. Implementação gradativa a partir do ano letivo Resolução 256/2016-CEPE de 08/12/2022, 15 de dezembro 2016.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia**, Campus Cascavel. Implementação gradativa a partir do ano 2023. RESOLUÇÃO Nº 068/2023-CEPE, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Espanhola e Respectivas Literaturas.** Foz do Iguaçu, Implementação gradativa a partir do ano 2016. Resolução 286/2016-CEPE de 08 de dezembro 2016.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas.** Foz do Iguaçu, Implementação gradativa a partir do ano 2017 Resolução 286/2016-CEPE de 08 de dezembro 2016.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso de Pedagogia.** Foz do Iguaçu, Implementação gradativa a partir do ano 2022. Resolução 224/2022- CEPE de 13 de dezembro 2022.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso de Pedagogia.** Foz do Iguaçu, Implementação gradativa a partir do ano 2022. Resolução 224/2022- CEPE de 13 de dezembro 2022.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso de Matemática.** Foz do Iguaçu, Implementação gradativa a partir do ano 2022. Resolução 229/2022- CEPE de 13/12/2022.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso de Matemática.** Foz do Iguaçu, Implementação gradativa a partir do ano 2022. Resolução 229/2022- CEPE de 13/12/2022.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso de Geografia.** Francisco Beltrão, Implementação gradativa a partir do ano 2023. Resolução 006/2023- CEPE de 28 de Fevereiro 2023.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso de Pedagogia.** Francisco Beltrão, Implementação gradativa a partir do ano 2023. Resolução 073/2023- CEPE de 30 março 2023.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso de Pedagogia.** Cascavel, Implementação gradativa a partir do ano 2023. RESOLUÇÃO Nº 068/2023-CEPE, DE

30 de março DE 2023.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso Educação Física Licenciatura.** Marechal Candido Rondon. Implementação gradativa a partir do ano 2023. Resolução 244/2018-CEPE de 06 de dezembro 2018.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso Geografia Licenciatura.** Marechal Candido Rondon. Implementação gradativa a partir do ano 2023. Resolução 015/2016-CEPE, de 28 de fevereiro 2016.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso História Licenciatura.** Marechal Candido Rondon. Implementação gradativa a partir do ano 2023. Resolução 015/2016-CEPE, de 28 de fevereiro 2016.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso Letras - Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas Língua Alemã Licenciatura.** Marechal Candido Rondon. Implementação gradativa a partir do ano 2023. Resolução 085/2023- CEPE de 29 de julho 2023.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso Letras - Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas Língua Espanhola Licenciatura.** Marechal Candido Rondon. Implementação gradativa a partir do ano 2023. Resolução 085/2023- CEPE de 29 de julho 2023.

UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do curso de Curso Letras, Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas Língua Inglesa Licenciatura.** Marechal Candido Rondon. Implementação gradativa a partir do ano 2023. Resolução 085/2023- CEPE de 29 de julho 2023

!